

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/12/2020 | Edição: 232 | Seção: 2 | Página: 58

Órgão: Poder Judiciário/Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

PORTARIA Nº 1.143, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e considerando decisão proferida nos autos do Proc. SEI nº 0018699-90.2020.6.18.8000, resolve:

Art. 1º Nomear a candidata Fabrícia do Nascimento Carvalho, em virtude de habilitação em Concurso Público de Provas realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí em 2015, destinado ao provimento de vagas e cadastro de reserva, nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal vigente c/c os artigos 5º, § 2º, 9º, inciso I, art. 10 da Lei nº 8.112/1990 e com o artigo 7º da Lei nº 11.416/2006, observada a ordem de classificação e a validade do certame, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei nº 7.645/1987, vago em decorrência de aposentadoria do servidor Lacordeles Nunes, conforme Portaria nº 95, de 11 de fevereiro de 2020, publicada no DOU nº 50, Seção 2, de 13/3/2020.

Art. 2º A presente nomeação encontra-se enquadrada nos limites autorizados no Anexo I da Portaria do TSE nº 671/2017, alterada pelas Portarias do TSE nº 574/2018, nº 1.091/2018, nº 383/2019 e nº 33/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/12/2020 | Edição: 232 | Seção: 2 | Página: 58

Órgão: Poder Judiciário/Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

PORTARIA Nº 1.144, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e considerando decisão proferida nos autos do Proc. SEI nº 0018699-90.2020.6.18.8000, resolve:

Art. 1º Nomear a candidata Débora Rodrigues Freitas, em virtude de habilitação em Concurso Público de Provas realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí em 2015, destinado ao provimento de vagas e cadastro de reserva, nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal vigente c/c os artigos 5º, § 2º, 9º, inciso I, art. 10 da Lei nº 8.112/1990 e com o artigo 7º da Lei nº 11.416/2006, observada a ordem de classificação e a validade do certame, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei nº 6.033/1974, vago em decorrência de aposentadoria do servidor Paulo Francisco Pantoja, recebido do Tribunal Superior Eleitoral mediante redistribuição, conforme Portaria TSE nº 496, de 04 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 128, de 06 de julho de 2017 c/c a Portaria nº 250, de 15 de abril de 2020, publicada no DOU nº 87, Seção 2, de 8/5/2020.

Art. 2º A presente nomeação encontra-se enquadrada nos limites autorizados no Anexo I da Portaria do TSE nº 671/2017, alterada pelas Portarias do TSE nº 574/2018, nº 1.091/2018, nº 383/2019 e nº 33/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/12/2020 | Edição: 232 | Seção: 2 | Página: 58

Órgão: Poder Judiciário/Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

PORTARIA Nº 1.145, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e considerando decisão proferida nos autos do Proc. SEI nº 0018699-90.2020.6.18.8000, resolve:

Art. 1º NOMEAR a candidata Jamilly Beliza Bezerra Fernandes, em virtude de habilitação em Concurso Público de Provas realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí em 2015, destinado ao provimento de vagas e cadastro de reserva, nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal vigente c/c os artigos 5º, § 2º, 9º, inciso I, art. 10 da Lei nº 8.112/1990 e com o artigo 7º da Lei nº 11.416/2006, observada a ordem de classificação e a validade do certame, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei nº 9.960/1994, vago em decorrência de aposentadoria do servidor João Paulino de Oliveira Neto, conforme Portaria nº 603, de 13 de julho de 2020, publicada no DOU nº 134, Seção 2, de 15/7/2020.

Art. 2º A presente nomeação encontra-se enquadrada nos limites autorizados no Anexo I da Portaria do TSE nº 671/2017, alterada pelas Portarias do TSE nº 574/2018, nº 1.091/2018, nº 383/2019 e nº 33/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/12/2020 | Edição: 237 | Seção: 2 | Página: 44

Órgão: Poder Judiciário/Tribunal Regional Eleitoral do Piauí/Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças/Coordenadoria de Material e Patrimônio

PORTARIA Nº 1.172, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a solicitação do ex-servidor contida no Requerimento de 06 de novembro de 2020 (documento 1110774) e a Decisão nº 3416 da Presidência deste Regional, de 18 de novembro de 2020 (documento 1121866), inclusos no Processo SEI nº 0023362-82.2020.6.18.8000; e

Considerando a solicitação do ex-servidor contida no Requerimento de 18 de novembro de 2020 (documento 1124279) e a Decisão nº 3502 da Presidência deste Regional, de 27 de novembro de 2020 (documento 1133982), inclusos no Processo SEI nº 0024627-22.2020.6.18.8000; resolve:

Art. 1º Reconduzir, com fundamento nos arts. 29 e 110, inciso II, da Lei 8.112/1990, e em razão de desistência do Estágio Probatório no cargo de Delegado de Polícia do Estado do Maranhão do qual requereu exoneração, ALAN MARCELO BRAGA CARVALHO ao cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "C", Padrão 12, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, vaga nº 112, vago em decorrência de posse em outro cargo inacumulável do servidor ora reconduzido, nos termos da Portaria TRE-PI nº 1058, de 03 de novembro de 2020, publicada no DOU n.º 210, de 04 de novembro de 2020, Seção 2, p. 63, enquadrada nos limites autorizados no inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Portaria TSE nº 671/2018 e suas alterações, restaurando-se, exclusivamente quanto à sua lotação, a situação fática e jurídica anterior ao ato de vacância.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.